

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	69
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	1.820.869	1.684.946	1.611.969
1.01	Ativo Circulante	75.316	29.897	72.272
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.636	4.846	47.698
1.01.03	Contas a Receber	21.126	20.910	19.305
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.126	20.910	19.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	346	1.132	3.023
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	346	1.132	3.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	988	769	1.356
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.220	2.240	890
1.01.08.03	Outros	2.220	2.240	890
1.02	Ativo Não Circulante	1.745.553	1.655.049	1.539.697
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	425.529	344.964	307.241
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	61.725	63.528	108.326
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	61.725	63.528	108.326
1.02.01.07	Tributos Diferidos	323.296	242.107	165.286
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	323.296	242.107	165.286
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	5	32
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	40.508	39.324	33.597
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	38.709	37.949	29.690
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	1.799	1.375	3.907
1.02.03	Imobilizado	7.478	8.516	8.448
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.478	8.516	8.448
1.02.04	Intangível	1.312.546	1.301.569	1.224.008
1.02.04.01	Intangíveis	1.312.546	1.301.569	1.224.008
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.312.546	1.301.569	1.224.008

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	1.820.869	1.684.946	1.611.969
2.01	Passivo Circulante	1.811.653	1.604.514	1.391.533
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.349	3.467	5.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	648	706	731
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.701	2.761	4.593
2.01.02	Fornecedores	16.401	11.954	16.873
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.401	11.954	16.873
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.852	2.776	2.590
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.457	1.476	1.359
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	1.457	1.476	1.359
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.395	1.300	1.231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.624.541	1.427.507	1.348.182
2.01.04.02	Debêntures	1.624.541	1.427.507	1.348.182
2.01.05	Outras Obrigações	2.001	559	546
2.01.05.02	Outros	2.001	559	546
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	342	330	318
2.01.05.02.05	Outros Passivos	1.659	229	228
2.01.06	Provisões	162.509	158.251	18.018
2.01.06.02	Outras Provisões	162.509	158.251	18.018
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	0	1.970
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	162.509	158.251	16.048
2.02	Passivo Não Circulante	349.738	262.702	252.600
2.02.02	Outras Obrigações	142.394	131.312	117.625
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	141.292	129.982	116.068
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	141.292	129.982	116.068
2.02.02.02	Outros	1.102	1.330	1.557
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.102	1.330	1.557
2.02.04	Provisões	207.344	131.390	134.975
2.02.04.02	Outras Provisões	207.344	131.390	134.975

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	169.542	110.040	4.935
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	7.622	7.292	5.020
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	30.180	14.058	125.020
2.03	Patrimônio Líquido	-340.522	-182.270	-32.164
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-644.100	-485.848	-335.742

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	276.555	348.359	296.960
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232.845	-276.541	-210.133
3.03	Resultado Bruto	43.710	71.818	86.827
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.274	-114.640	-9.226
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.798	-15.044	-14.402
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-14.894	-13.627	-12.324
3.04.02.02	Honorários da Administração	-1.904	-1.417	-2.078
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	5.176
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.476	-99.596	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-29.564	-42.822	77.601
3.06	Resultado Financeiro	-209.877	-184.105	-166.552
3.06.01	Receitas Financeiras	5.655	8.586	20.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-215.532	-192.691	-187.221
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-239.441	-226.927	-88.951
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	81.189	76.821	30.107
3.08.02	Diferido	81.189	76.821	30.107
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-158.252	-150.106	-58.844
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-158.252	-150.106	-58.844
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00521	-0,00495	-0,00194

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-158.252	-150.106	-58.844
4.03	Resultado Abrangente do Período	-158.252	-150.106	-58.844

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	92.221	108.115	152.372
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.793	143.448	145.968
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-158.252	-150.106	-58.844
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-81.189	-76.821	-30.107
6.01.01.03	Depreciação e amortização	46.235	43.242	38.161
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-1.108	11.424	-1.682
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	329	301	252
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	189.726	159.054	165.149
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-630	-4.935	-10.452
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	0	100	30
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	11.309	13.914	12.822
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	59.502	105.106	-1.395
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	54.748	42.222	31.953
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	123	-53	81
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.572	-35.333	6.404
6.01.02.01	Contas a Receber	-339	-1.552	680
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-213	614	248
6.01.02.03	Outros Ativos	-404	1.182	1.393
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	4.447	-4.918	-5.138
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	12	13	-9
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	76	186	-152
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-118	-1.858	-79
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-33.261	-22.404	0
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-761	-8.259	-4.374
6.01.02.10	Outros Passivos	1.203	-228	-241
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	786	1.891	14.076
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.431	-56.752	27.832
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-102	-1.487	-130
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-48.764	-104.998	-62.880

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.04	Aplicações financeiras	0	-47.000	-16.281
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	2.435	96.733	107.123
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-94.215	-164.808
6.03.02	Amortização de principal sobre debêntures	0	-38.803	-51.029
6.03.03	Pagamento de juros sobre debêntures	0	-55.412	-113.779
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45.790	-42.852	15.396
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.846	47.698	32.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.636	4.846	47.697

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-158.252	0	-158.252
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.252	0	-158.252
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-644.100	0	-340.522

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-150.106	0	-150.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-150.106	0	-150.106
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.844	0	-58.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.844	0	-58.844
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	297.453	371.180	324.677
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	230.772	244.302	237.887
7.01.02	Outras Receitas	66.681	126.878	86.790
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	54.330	113.348	69.793
7.01.02.02	Receitas Acessórias	12.451	12.963	11.902
7.01.02.03	Outras Receitas	23	514	5.176
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	-123	53	-81
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-247.315	-344.075	-160.295
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-188.351	-215.739	-82.553
7.02.04	Outros	-58.964	-128.336	-77.742
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-53.607	-112.254	-69.535
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-3.671	-3.860	-3.825
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-1.686	-12.222	-4.382
7.03	Valor Adicionado Bruto	50.138	27.105	164.382
7.04	Retenções	-46.235	-43.242	-38.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.235	-43.242	-38.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.903	-16.137	126.221
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.655	8.586	20.669
7.06.02	Receitas Financeiras	5.655	8.586	20.669
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.558	-7.551	146.890
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.558	-7.551	146.890
7.08.01	Pessoal	25.379	22.486	24.437
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.777	16.286	17.815
7.08.01.02	Benefícios	5.355	4.966	5.322
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.247	1.234	1.300
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-60.172	-54.560	-7.354
7.08.02.01	Federais	-72.150	-67.165	-19.596
7.08.02.03	Municipais	11.978	12.605	12.242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	202.603	174.629	188.651

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

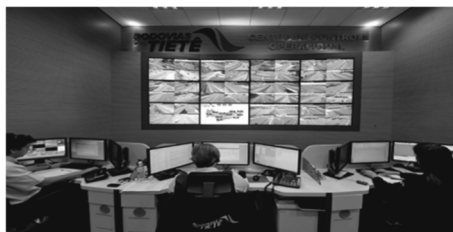
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.01	Juros	0	0	75
7.08.03.02	Aluguéis	1.568	1.661	1.720
7.08.03.03	Outras	201.035	172.968	186.856
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	11.309	13.914	12.822
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	189.726	159.054	174.034
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-158.252	-150.106	-58.844
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-158.252	-150.106	-58.844



2020

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2020

26 de Março de 2021 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.— em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do exercício de 2020.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebitda	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

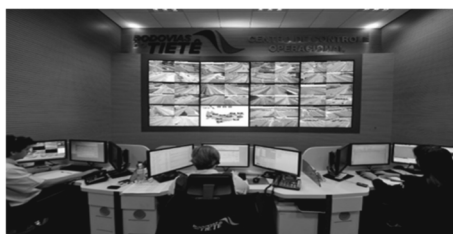
*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

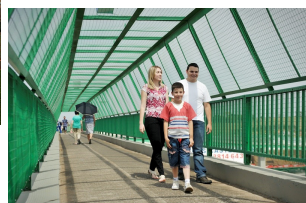
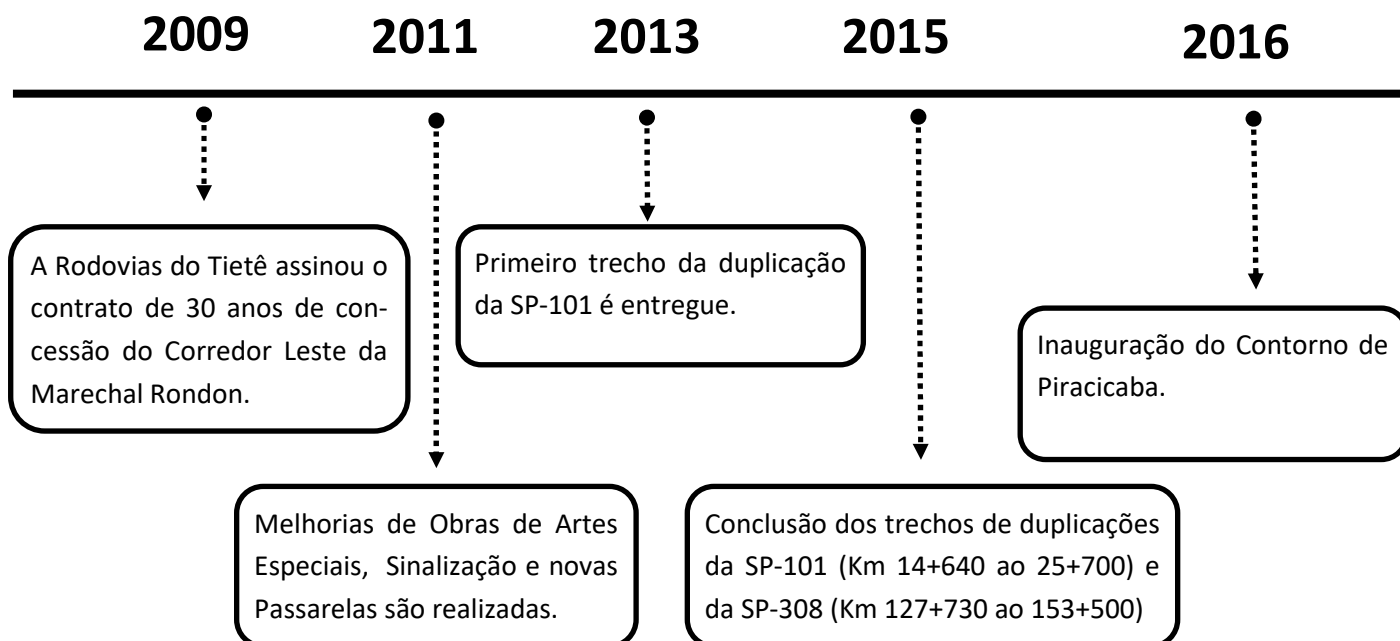


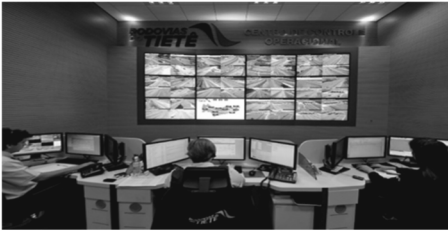
Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 222 milhões de receita líquida.



Tráfego

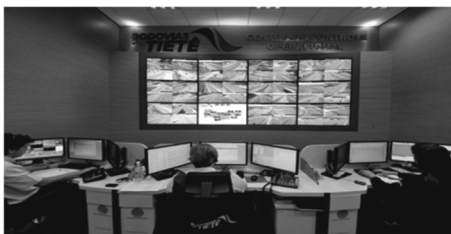
✓ Redução de 13,63% no tráfego pedagiao e redução de 7,70% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-101
- ✓ Implantação do Contorno de Maristela





Sumário Executivo

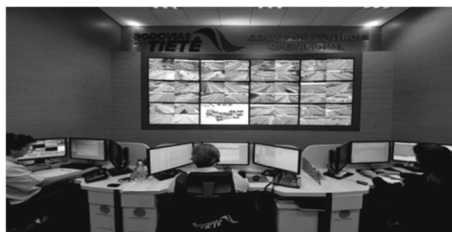
A economia brasileira no ano de 2020 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 1,90% a.a. em dezembro de 2020, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,52% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 31 de dezembro de 2020, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 ficasse -4,36% inferior ao ano de 2019.

No ano de 2020 houve uma redução de 13,63% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou uma redução de 7,70%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se a situação macroeconômica do país devido a pandemia COVID-19, e foi agravada também pelo acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas.

As principais obras realizadas nos nove meses de 2020 pela Concessionária, algumas das quais ainda em curso, foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e Recapeamento da SP-101 e SP-300.



Tráfego

No ano de 2020 o volume de tráfego teve uma queda de 13,63 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 17,37%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 4,49% e comerciais pesados um leve aumento de 3,01%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2020*	2019*	Variação
Passeio	16.481.818	19.946.955	-17,37%
Comercial Leve	3.631.496	3.802.317	-4,49%
Comercial Pesado	2.471.520	2.399.191	3,01%
Total	22.584.834	26.148.463	-13,63%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2020 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 7,70% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 17,55%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 4,23% e comerciais pesados um aumento de 4,29%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2020*	2019*	Variação
Passeio	16.170.237	19.612.879	-17,55%
Comercial Leve	8.680.149	9.063.759	-4,23%
Comercial Pesado	14.058.917	13.479.967	4,29%
Total	38.909.303	42.156.605	-7,70%

*Volume acumulado do exercício.

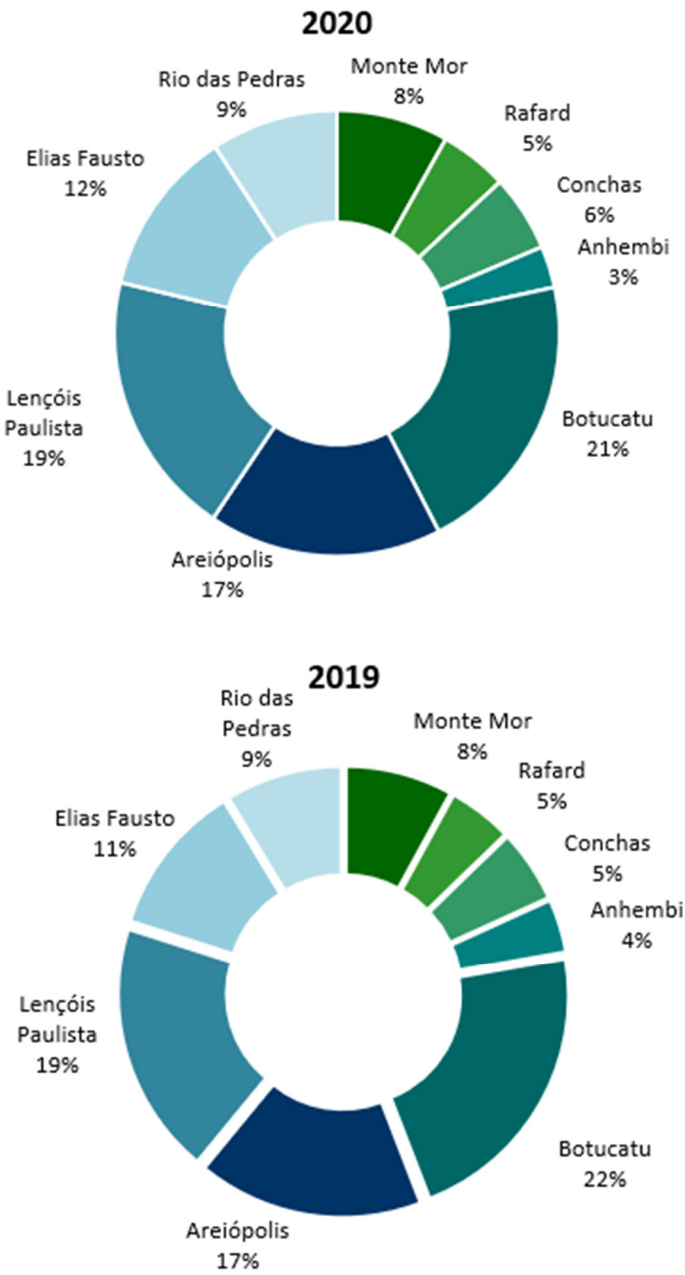
A redução deve-se, ao acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas, e também em função da pandemia Covid-19.

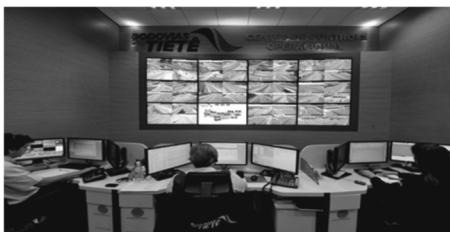


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.





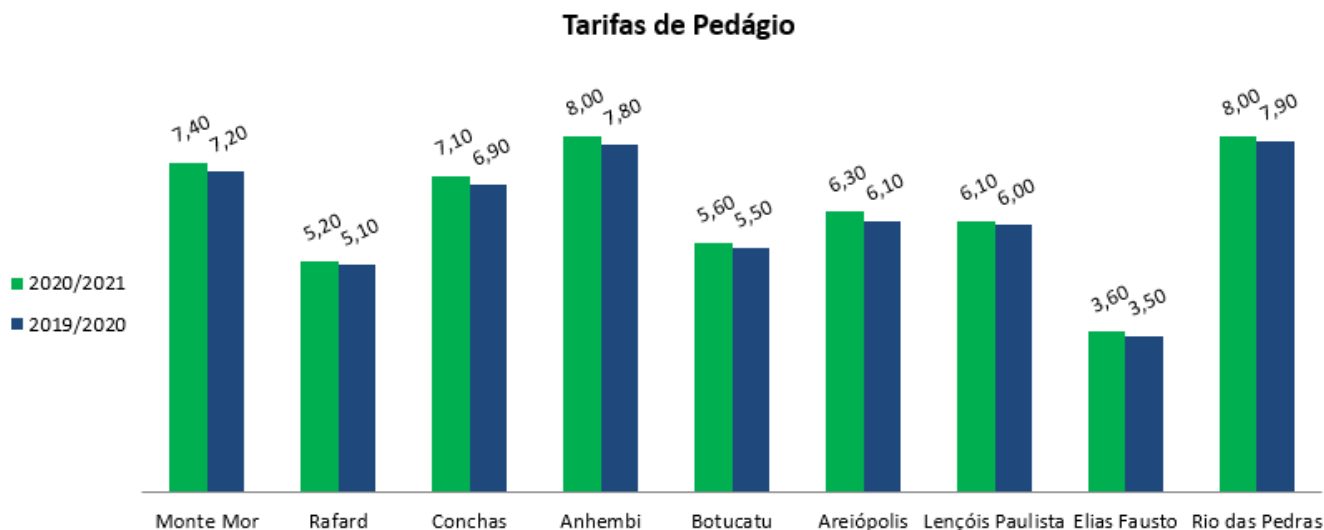
Tráfego

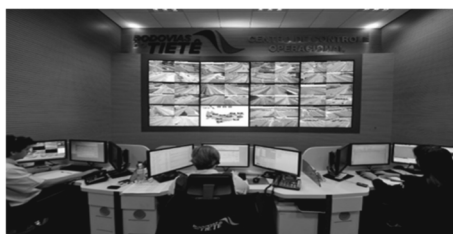
>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2020/2021 é de R\$ 6,37 contra R\$ 6,22 em 2019/2020.

Em 29 de outubro de 2020, o Poder Concedente divulgou que a nova tarifa de pedágio entraria em vigor a partir de 1º de dezembro.

Praça de pedágio	2020/2021	2019/2020
Monte Mor	7,40	7,20
Rafard	5,20	5,10
Conchas	7,10	6,90
Anhembi	8,00	7,80
Botucatu	5,60	5,50
Areiópolis	6,30	6,10
Lençóis Paulista	6,10	6,00
Elias Fausto	3,60	3,50
Rio das Pedras	8,00	7,90
Tarifa Média	6,37	6,22





Receitas

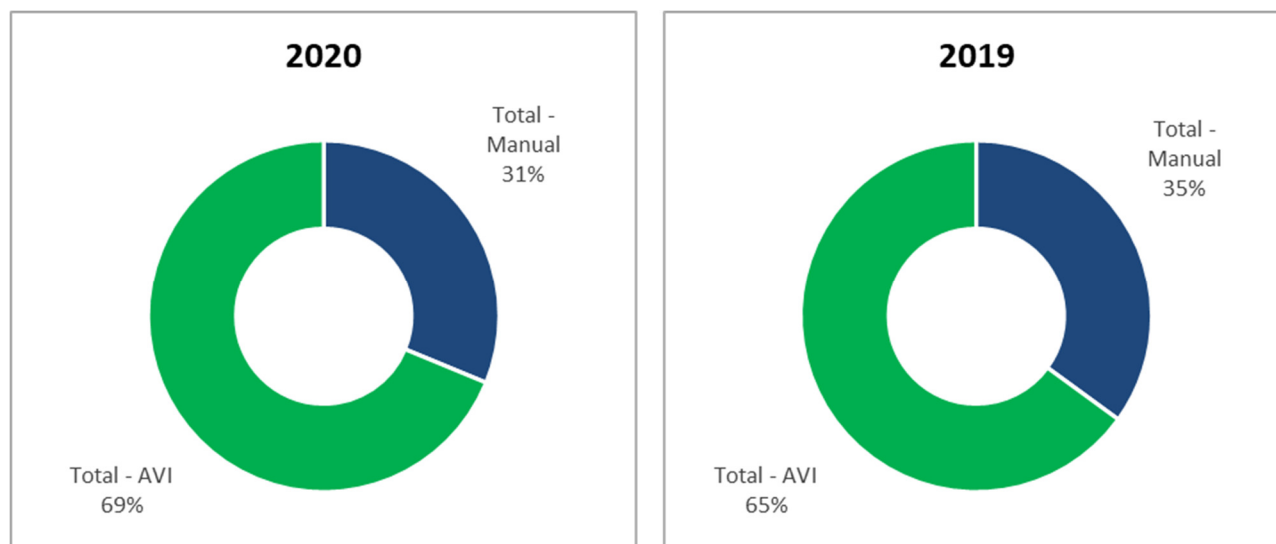
Receitas (em R\$ mil)	2020*	2019*	Variação
Receitas de Pedágio	230.772	244.302	-5,54%
Receitas Acessórias	12.451	12.963	-3,95%
Impostos sobre Receitas	(20.998)	(22.254)	-5,64%
Receitas Operacionais	222.225	235.011	-5,44%
Receitas de Construção	54.330	113.348	-52,07%
TOTAL	276.555	348.359	-20,61%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

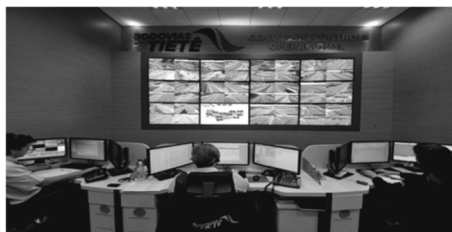
A Concessionária obteve em 2020, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 230.772 mil (R\$ 244.302 mil em 2019) e arrecadou R\$ 12.451 mil (R\$ 12.963 mil em 2019) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 20.998 mil nos doze meses de 2020 (R\$ 22.254 mil no mesmo período de 2019).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 54.330 mil de receita de construção contra R\$ 113.348 mil no mesmo período do ano de 2019 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.



Custos e Despesas Operacionais

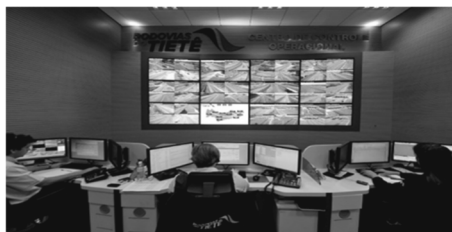
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das normas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2020*	2019*	Variação
Com Pessoal	(23.474)	(21.066)	11,43%
Honorários da Administração	(1.904)	(1.417)	34,37%
Manutenção e conservação	(48.584)	(42.854)	13,37%
Serviço de terceiros	(6.984)	(6.794)	2,80%
Ônus variável da concessão	(3.671)	(3.860)	-4,90%
Seguros e Garantias	(1.594)	(2.058)	-22,55%
Outras receitas e despesas	(6.240)	(8.288)	-24,71%
Subtotal	(92.451)	(86.337)	7,08%
Custo de serviços de construção	(53.607)	(112.254)	-52,24%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(59.078)	(107.638)	-45,11%
Provisão para manutenção em rodovias	(54.748)	(42.222)	29,67%
Depreciação e amortização	(46.235)	(43.242)	6,92%
Total	(306.119)	(391.693)	-21,85%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2020, houve uma redução de 21,85% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 391.693 mil em 2019 para R\$ 306.119 mil em 2020. As principais variações foram:

- ⇒ Com Pessoal: Aumento em função da reversão do provisionamento da participação no resultado em 2019;
- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão dos estudos paramétricos e dos projetos utilizados na elaboração dos orçamentos, baseando-se nas obras realizadas, obras postergadas que em sua maioria foram afetadas pelas chuvas do início do ano. Com essa revisão e os efeitos da COVID-19, agravaram no aumento de preço dos materiais e nas entregas para realização das obras;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais e administrativas: provisionamento de processos administrativos junto a ARTESP que sofreram alteração de sua classificação em função de entendimento e decisões proferidas pela ARTESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimento dos últimos doze meses.



EBITDA e MARGEM EBITDA

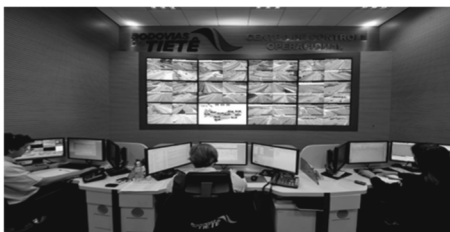
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2020*	2019*	Variação
Resultado Líquido do Período	(158.252)	(150.106)	5,43%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(81.189)	(76.821)	5,69%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	209.877	184.105	14,00%
(+/-) Depreciação e Amortização	46.235	43.242	6,92%
EBITDA	16.671	422	3.869,29%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	54.748	42.222	29,67%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e administrativas	59.078	107.638	-45,11%
EBITDA AJUSTADO (a)	130.497	150.280	-13,16%
Receitas Operacionais (b)	222.225	235.011	-5,44%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	58,72%	63,95%	-5,22 p.p

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2020, houve uma redução de 13,16% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 150.280 mil no ano de 2019 para R\$ 130.497 mil no mesmo período de 2020. A margem EBITDA ajustado teve uma redução de 5,22 p.p.

Além disso, houve um aumento de 6,92% na depreciação e amortização que passou de R\$ 43.242 mil no ano de 2019 para R\$ 46.235 mil no mesmo período de 2020. Houve também uma variação de 29,67% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão dos estudos paramétricos e projetos utilizados para elaboração das provisões para manutenção futura da infraestrutura, com essa revisão e os efeitos da COVID-19, agravaram em um aumento no preço e nas entregas desses materiais para a realização das obras.



Resultado Financeiro

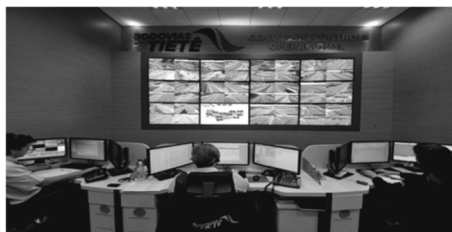
O resultado financeiro do ano de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2020*	2019*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(189.726)	(159.054)	19,28%
Juros sobre Mútuo	(11.310)	(13.914)	-18,71%
Outras Despesas Financeiras	(14.496)	(19.723)	-26,50%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(215.532)	(192.691)	11,85%
Receitas Financeiras	5.655	8.586	-34,14%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(209.877)	(184.105)	14,00%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2020 houve um aumento de 14,00% no resultado financeiro que passou de (R\$ 184.105) no ano de 2019 para (R\$ 209.877) mil no mesmo período de 2020. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Redução em função do menor índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Aumento em função do maior índice de IPCA mensal.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Redução em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

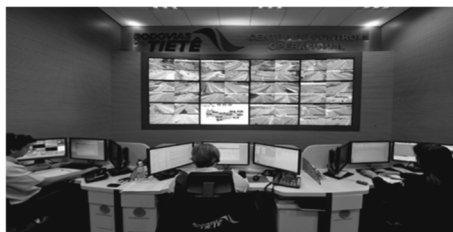
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

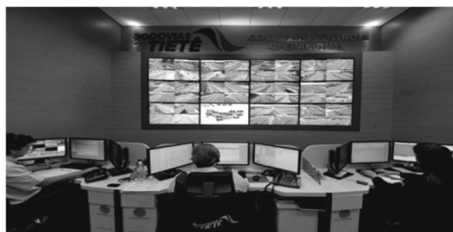
No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

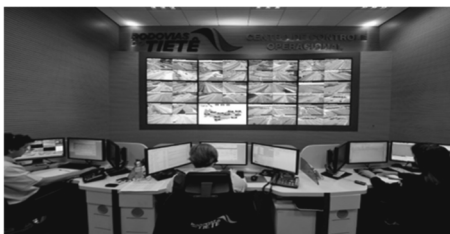


Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 e a ponte do km 32+900 também foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2020 foi de **R\$ 10,108 milhões**.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 estão em fase de acabamentos e o custo incorrido até dezembro de 2020 foi de **R\$ 14,145 milhões**.



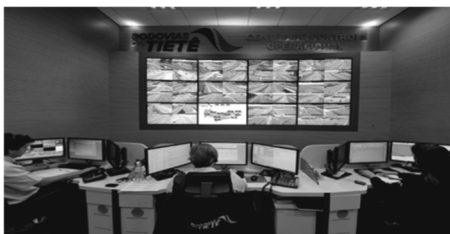
Dispositivo da SP-101 km 5+000

Construção de um dispositivo no km 5+000 da SP-101, próximo a cidade de Campinas, com interligação ao viário urbano e conexão com corredores da EMTU. A contratação foi dividida em duas etapas: a primeira etapa, relacionadas as faixas de aceleração/desaceleração, foi concluída e a segunda etapa, relacionada à construção da OAE, já foi contratada e os trabalhos estão sendo iniciados. O custo incorrido até dezembro de 2020 foi de **R\$ 7,839 milhão**.



Contorno de Maristela

Construção do Contorno de Maristela (total de 3,2 quilômetros) na SP-300, em Laranjal Paulista. A contratação foi dividida em duas partes: a primeira parte, relacionadas ao tronco e a segunda parte, relacionada à OAE. As obras já foram iniciadas e o custo incorrido até setembro de 2020 foi de **R\$ 857 mil**.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Seleção na Estrada

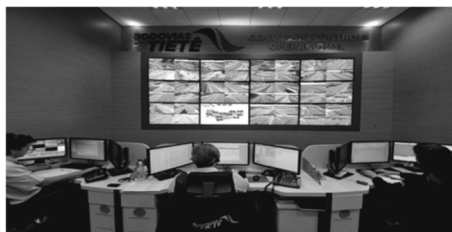


Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

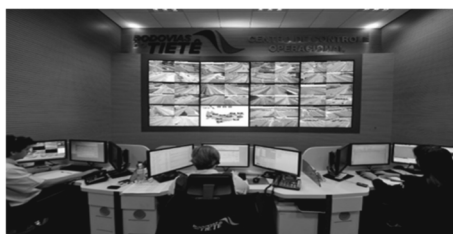


Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



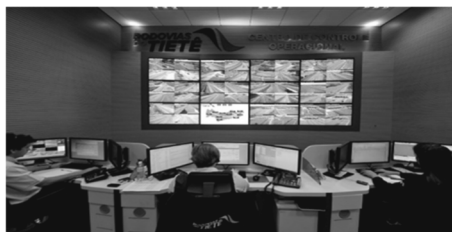
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	50.636	4.846
Contas a receber (Nota 6)	21.126	20.910
Despesas Antecipadas	988	769
Impostos a recuperar (Nota 7)	346	1.132
Outros ativos	2.220	2.240
	75.316	29.897
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	61.725	63.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	322.296	242.107
Despesas antecipadas	-	5
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	38.709	37.949
Outros ativos	1.799	1.375
Imobilizado (Nota 9)	7.478	8.516
Intangível (Nota 10)	1.312.546	1.301.569
	1.745.553	1.655.049
Total do ativo	1.820.869	1.684.946



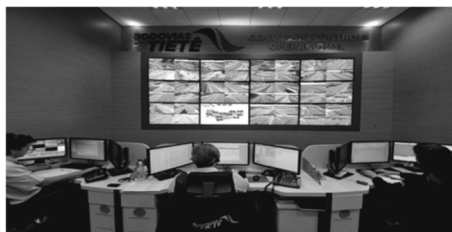
Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2020	2019
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	16.401	11.954
Debêntures (Nota 14)	1.624.541	1.427.507
Credor pela concessão	342	330
Obrigações tributárias	2.852	2.776
Obrigações trabalhistas	3.349	3.467
Provisões (Nota 13)	162.509	158.251
Outros passivos	1.659	229
	1.811.653	1.604.514
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	207.344	131.390
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	141.292	129.982
Outros passivos	1.102	1.330
	349.738	262.702
Total do passivo	2.161.391	1.867.216
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(644.100)	(485.848)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(340.522)	(182.270)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.820.869	1.684.946



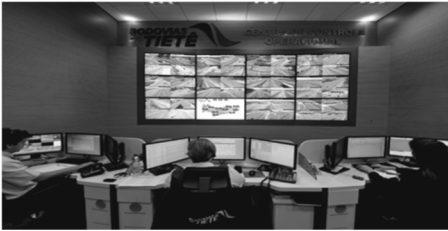
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2020	2019
Receita operacional líquida (Nota 16)	276.555	348.359
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(232.845)	(276.541)
Lucro bruto	43.710	71.818
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(16.798)	(15.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(56.476)	(99.596)
	(73.274)	(114.640)
Prejuízo operacional	(29.564)	(42.822)
Despesas financeiras (Nota 18)	(215.532)	(192.691)
Receitas financeiras (Nota 18)	5.655	8.586
Despesas financeiras, líquidas	(209.877)	(184.105)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(239.441)	(226.927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	81.189	76.821
Prejuízo do período	(158.252)	(150.106)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00521)	(0,00495)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(158.252)	(150.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.189)	(76.821)
Depreciação e amortização	46.235	43.242
Rendimentos de aplicações financeiras	(630)	(4.935)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	100
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	189.726	159.054
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	11.309	13.914
Provisões para demandas judiciais e administrativas	59.502	105.106
Provisões para manutenção em rodovias	54.748	42.222
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(1.108)	11.424
Variação monetária sobre provisão para investimentos	329	301
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	123	(53)
	120.793	143.448
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(339)	(1.552)
Despesas antecipadas	(213)	614
Tributos a recuperar	786	1.891
Depósitos judiciais	(761)	(8.259)
Outros ativos	(404)	1.182
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	4.447	(4.918)
Credor pela concessão - ônus variável	12	13
Obrigações tributárias	76	186
Obrigações trabalhistas	(118)	(1.858)
Provisão para manutenção — pagamento	(33.261)	(22.404)
Outros passivos	1.203	(228)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	92.221	108.115
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	(47.000)
Resgate de aplicações financeiras	2.435	96.733
Investimentos no ativo imobilizado	(102)	(1.487)
Investimentos no ativo intangível	(48.764)	(104.998)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.431)	(56.752)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	(38.803)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	(55.412)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(94.215)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	45.790	(42.852)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.846	47.698
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	50.636	4.846



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2020, a Concessionária não contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.319 milhões (R\$ 3.074 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.412 milhões (R\$ 3.554 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 158.252 (2019 - R\$ 150.106), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.736.337 (2019 - R\$ 1.574.617) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 340.522 (2019 - R\$ 182.270) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, tendo que o prazo para apresentação da primeira versão do plano estendido para o dia 18 de março de 2020, devido ao recesso judiciário de 2019 e 2020; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação. Na mesma data, a Companhia protocolou a primeira versão do plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo Juiz.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado no dia 18 de março pela Companhia.

Em 01 de outubro de 2020, a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC que seria realizada no dia 27 de novembro para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia protocolou uma nova versão do Plano de Recuperação Judicial a ser apreciada na próxima AGC.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021, e conforme nota explicativa 25, foi novamente postergada.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia informa que o processo de recuperação judicial, é mais um passo para a sua reestruturação financeira, o que não afetará o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

1.2. Impactos da COVID-19

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que pode ser visualizado uma redução no tráfego pedagiado devido aos impactos da COVID-19, no exercício de 2020 ocorreu uma redução de 7,53% no tráfego de veículos equivalentes em comparação ao mesmo período de 2019.

No primeiro semestre de 2020 a Companhia apresentou uma queda no tráfego de veículos equivalentes impactado pelo decreto emitido pelo Governo do Estado de São Paulo que decretou a implantação da quarentena em todo o território paulista para conter o avanço da COVID-19. No segundo semestre, o Governo iniciou o programa de retomada econômica com a flexibilização da quarentena, o que auxiliou na retomada e normalização do tráfego de veículos nas rodovias da Companhia.

Desde 17 de março de 2020, a Companhia adotou medidas preventivas visando resguardar a saúde de seus colaboradores com a adoção do trabalho home office para os colaboradores das áreas administrativas e para os que se enquadram, segundo o Ministério da Saúde, como grupo de risco. Para as funções operacionais, por se tratar de serviço essencial à população, foram adotadas medidas protetivas, como o uso de máscara, instalação de álcool em gel nas viaturas e praças de pedágio e demais medidas que atendam as orientações da OMS.

Em relação ao processo de recuperação judicial, a Companhia possuía a expectativa que o processo de encerrasse dentro do exercício de 2020, mas devido aos impactos da COVID-19, houve recesso do setor judiciário durante a fase mais crítica, mudança para o formato de audiências virtual, o que resultou em todas as assembleias postergadas, e atrasos na conclusão do processo.

As estimativas e premissas críticas são baseadas em projeções futuras que dependem da definição do Plano de Recuperação Judicial, portanto, não há como avaliar possíveis impactos causados pela pandemia até que haja uma definição do plano de recuperação judicial.

A Administração revisou os impactos da COVID-19 sobre os riscos inerentes sobre os seus instrumentos financeiros e não visualizou nenhum impacto.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de administração da Companhia em 26 de março de 2021.

1.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2 e nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

(a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa

tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.4.2 Impairment de ativos financeiros

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	196.593	175.106
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(192.689)	(172.309)
Ajuste a valor presente	3.904	2.797

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia definiu que a concessão como um todo é a única unidade geradora de caixa e, portanto, calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

2.7 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Direitos de uso dos serviços públicos

O ativo intangível é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição. É reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis aos ativos serão gerados em favor da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo intangível a medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos (Nota 16). Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço público.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômico estimado, até o limite do prazo da concessão.

(b) Direito de outorga ou de concessão

O direito de outorga ou de concessão, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda do valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste do valor recuperável. (Nota 2.10)

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, quando incorridos podem incluir os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado

durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.15 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(a) Serviços de construção ou de melhoria

A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios

As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio.

2.18 Arrendamentos operacionais

A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear, conforme Nota 16. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa.

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possui somente uma UGC.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em sua demonstração financeira. A Companhia neste momento, no âmbito de sua recuperação judicial, encontra-se em fase de apresentação do Plano de Recuperação Judicial e espera a aceitação deste plano pelos credores. Após a aprovação do referido plano, a Companhia realizará o teste de *impairment* sobre o imobilizado e intangível.

b) Impostos diferidos ativos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois

grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	698	1.993
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>49.938</u>	<u>2.853</u>
	<u>50.636</u>	<u>4.846</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante	<u>61.725</u>	<u>63.528</u>
	<u>61.725</u>	<u>63.528</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2020 e em 2019.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pedágio eletrônico a receber	13.894	12.978
Cartões de pedágio a receber	613	548
Receitas acessórias	6.595	6.781
Valores em trânsito	175	631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(151)</u>	<u>(28)</u>
	<u>21.126</u>	<u>20.910</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	346	1.121
Outros impostos a recuperar		11
Circulante	<u>346</u>	<u>1.132</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	222.331	171.329
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	57.033	36.946
Provisão para participação nos lucros	-	-
Outras provisões	438	286
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	67.029	58.585
Provisão para investimentos em rodovias	3.254	3.236
AVP Outorga	<u>1.529</u>	<u>1.588</u>
	<u>351.614</u>	<u>271.970</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	<u>(28.318)</u>	<u>(29.863)</u>
Líquido	<u>323.296</u>	<u>242.107</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 653.915 (2019 - R\$ 502.939). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Até que as incertezas presentes sejam resolvidas, principalmente quanto à definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais, nem divulgar o ano de recuperação de tais créditos (2020 – R\$ 323.296; 2019 – R\$ 242.107).

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(239.441)	(226.925)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	81.410	77.155
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(2.042)	(334)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	81.189	76.821
Alíquota efetiva	34%	34%

Notas Explicativas **Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Aquisições	6	37	441	1.004			1.488
Baixas	(91)	(9)	(72)	(1.317)			(1.489)
Transferência	(17)	(9)		(42)			(68)
Transferência depreciação	15	4		33			52
Depreciação	(129)	(254)	(300)	(359)		(305)	(1.347)
Baixa de depreciação	77	9	57	1.289			1.432
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	1.240	2.512	5.153	1.995	377	7.401	18.678
Depreciação acumulada	(701)	(1.359)	(4.556)	(1.075)		(2.471)	(10.162)
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Em 31 de dezembro de 2020							
Saldo inicial	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Aquisições	12		87			3	102
Baixas				(36)			(36)
Transferência		(27)					(27)
Transferência depreciação		14					14
Depreciação	(115)	(239)	(226)	(242)		(305)	(1.127)
Baixa de depreciação				36			36
Saldo contábil, líquido	436	901	458	678		4.628	7.478
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	1.252	2.485	5.240	1.959	377	7.404	18.717
Depreciação acumulada	(816)	(1.584)	(4.782)	(1.281)		(2.776)	(11.239)
Saldo contábil, líquido	436	901	458	678	377	4.628	7.478
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 5.987 (2019 - R\$ 4.837).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Aquisições (vii)		65.697	2.345	50.113	1.285	119.440
Alienações		(27)				(27)
Transferências		26.261	3.084	(29.276)		68
Amortização (vi)	(14.975)	(24.062)	(1.388)		(1.496)	(41.920)
Saldo contábil, líquido	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	542.244	847.508	63.900	84.996	9.677	1.548.325
Amortização acumulada	(94.671)	(124.581)	(20.358)		(7.146)	(246.756)
Saldo contábil, líquido	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Aquisições (vii)		37.120	270	16.463	2.219	56.072
Alienações						
Transferências		3.183	36	(3.192)		27
Transferência amortização			(14)			(14)
Amortização (vi)	(15.855)	(26.235)	(1.547)		(1.470)	(45.118)
Saldo contábil, líquido	431.718	736.995	42.287	98.267	3.280	1.312.546
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	542.244	887.811	64.206	98.267	11.896	1.604.424
Amortização acumulada	(110.526)	(150.816)	(21.919)		(8.616)	(291.878)
Saldo contábil, líquido	431.718	736.995	42.287	98.267	3.280	1.312.546

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,60% em 31 de dezembro de 2020 (2019 - 3,32%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 7.308 (2019 - R\$ 14.485).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da definição do Plano de Recuperação Judicial, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja uma definição do plano de recuperação judicial.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No exercício e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	3.875	2.108
Cauções e retenções contratuais (i)	12.526	9.846
	<u>16.401</u>	<u>11.954</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração fixa	1.904	1.810
Remuneração variável		(393)
	<u>1.904</u>	<u>1.417</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.947.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	128.073	117.822
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	13.219	12.160
			<u>141.292</u>	<u>129.982</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício foram de R\$ 11.310 (Nota 18) (2019 - R\$ 13.914).

13. Provisões

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais cíveis	2.556	1.859
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	10.172	7.593
Provisão para processos administrativos	156.815	100.588
Provisão para investimentos em rodovias	7.622	7.292
Provisão para manutenção em rodovias	192.689	172.309
	<u>369.853</u>	<u>289.641</u>
Circulante	162.509	158.251
Não circulante	<u>207.344</u>	<u>131.390</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2019	Adição	Reversão	31/12/2020
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	1.859	748	(51)	2.556
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	7.593	3.419	(841)	10.172
Provisão para processos administrativos (iii)	100.588	59.245	(3.017)	156.815
	110.040	60.412	(3.909)	169.543
	31/12/2018	Adição	Reversão	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	4.872	94	(3.107)	1.859
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	63	7.593	(63)	7.593
Provisão para processos administrativos (iii)		100.588		100.588
	4.935	108.275	(3.170)	110.040

- (i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.
- (ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.
- (iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso. O aumento ocorrido no ano de 2020 deveu-se à alteração de classificação de perda de alguns procedimentos administrativos (notificações) instaurados e em trâmite perante a ARTESP, de “possível” para “provável”, tomando-se por base o entendimento e algumas decisões proferidas pela ARTESP com relação aos temas envolvidos nos procedimentos administrativos, bem como levando-se em conta a probabilidade de perda no caso de rediscussão desses assuntos na esfera judicial.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o equivalente a R\$ 11.874 (2019 - R\$ 14.564) de causas trabalhistas, R\$ 40.370 (2019 - R\$ 48.558) de causas cíveis, e R\$ 76.870 (2019 - R\$ 91.471) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 38.709 (2019 - R\$ 37.949) incluem R\$ 14.179 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2019 - R\$ 16.080). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 362 estão relacionados a discussões cíveis (2019 - R\$ 116), R\$ 449 relacionados a outros processos trabalhistas (2019 - R\$ 307), R\$ 5.424 relacionados a discussões tributárias (2019 - R\$ 5.111) e R\$ 18.295 relacionados a processos com a ARTESP (2019 - R\$ 16.334).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2019	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2020
Provisão para Investimentos	7.292	380	(50)	7.622
	7.292	380	(50)	7.622
	31/12/2018	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2019
Provisão para Investimentos	6.991	304	(3)	7.292
	6.991	304	(3)	7.292

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	31/12/2020	31/12/2019
2022	7.622	7.292
	7.622	7.292

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2019	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2020
Provisão para manutenção	175.106	54.749		(33.261)		196.594
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.797)	(2.392)			1.284	(3.905)
	172.309	52.357		(33.261)	1.284	192.689
Circulante	158.251		4.258			162.509
Não circulante	14.058	52.357	(4.258)	(33.261)	1.284	30.180
	31/12/2018	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2019
Provisão para manutenção	155.288	42.222		(22.404)		175.106
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.221)	(495)			11.919	(2.797)
	141.067	41.727		(22.404)	11.919	172.309
Circulante	16.068		142.204			158.251
Não circulante	125.019	41.727	(142.204)	(22.404)	11.919	14.058

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2020, a Companhia reavaliou os estudos paramétricos e projetos utilizados na elaboração dos orçamentos, baseando-se nas obras realizadas, obras postergadas que em sua maioria foram afetadas devido ao alto volume de chuvas do início do ano que deterioraram os pavimentos além de curso normal. Com essa revisão e os efeitos da COVID-19, agravaram em aumento nos preços dos materiais, principalmente os insumos baseados em petróleo, e também na entrega desses materiais para a realização das obras que foram normalizadas a partir do segundo semestre.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o segundo exercício de 2020 e o primeiro exercício de 2021 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020		158.251
2021	108.907	3.524
2022	62.574	9.493
2023	10.880	1.041
2024	9.236	
2025	1.092	
	<u>192.689</u>	<u>172.309</u>

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.480.338	1.417.302
Remuneração (juros)	186.738	61.009
Custos com emissão	(42.535)	(50.804)
	<u>1.624.541</u>	<u>1.427.507</u>
Circulante	<u>(1.624.541)</u>	<u>(1.427.507)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação das debêntures

31/12/2019	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2020
1.427.507	197.034				1.624.541
31/12/2018	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2019
1.348.182	173.549		(38.803)	(55.412)	1.427.507

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2020	9,22%	146.383
2021	7,05%	111.930
2022	8,46%	134.316
2023	10,54%	167.340
2024	11,44%	181.629
2025	12,78%	202.903
2026	13,55%	215.128
2027	13,71%	217.669
2028	6,49%	103.039
	93,24%	1.480.338

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com arrecadação de pedágio	230.772	244.302
Receita de serviços de construção	54.330	113.348
Receitas acessórias	12.451	12.963
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(20.998)	(22.254)
	<u>276.555</u>	<u>348.359</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Com pessoal	(23.474)	(21.066)
Honorários da administração	(1.904)	(1.417)
Manutenção e conservação	(48.584)	(42.854)
Serviços de terceiros	(6.984)	(6.794)
Ônus variável da concessão	(3.671)	(3.860)
Seguros e garantias	(1.594)	(2.058)
Custo dos serviços de construção	(53.607)	(112.254)
Provisão para demandas judiciais (i)	(59.078)	(107.638)
Provisão para manutenção em rodovias	(54.748)	(42.222)
Depreciação e amortização	(46.235)	(43.242)
Outras receitas e despesas	(6.240)	(7.776)
	(306.119)	(391.181)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(232.845)	(276.541)
Despesas gerais e administrativas	(16.798)	(15.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(56.476)	(99.596)
	(306.119)	(391.181)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou outras despesas de R\$ 56.476 referente a provisão de contingências de processos administrativos informado na Nota 13.a.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(189.726)	(159.054)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(11.310)	(13.914)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(1.686)	(12.222)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(2)
Outras despesas financeiras	(12.810)	(7.499)
	<u>(215.532)</u>	<u>(192.691)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.150	6.161
Atualização de impostos a recuperar	34	110
Outras receitas financeiras	4.471	2.315
	<u>5.655</u>	<u>8.586</u>
Resultado financeiro	<u>(209.877)</u>	<u>(184.105)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos sociais	(20.023)	(19.191)
Benefícios previstos em lei	(2.904)	(2.699)
Benefícios adicionais	(2.451)	(2.268)
Plano de participação nos resultados		1.675
	<u>(25.378)</u>	<u>(22.483)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(158.252)	(150.106)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00521)</u>	<u>(0,00495)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2020, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 1,90% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2020, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
- IPCA - variação de 4,52% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2020, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +10%	Cenário III +25%
Debêntures	Aumento do IPCA	203.393	210.735	221.750

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +10%	Cenário III +25%
Debêntures	Aumento do IPCA	134.239	139.085	146.355

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	2.685	3.356	4.027

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	1.772	2.215	2.658

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	1.173	880	586

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	774	581	387

- (i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	16.401		16.401
Debêntures	1.624.541		1.624.541
Credor pela concessão	342		342
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)		141.292	141.292
Total	1.641.284	141.292	1.782.576

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	61.725	63.528
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	50.636	4.846
Contas a receber de clientes	21.126	20.910
Depósitos judiciais	38.709	37.949
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.624.541	1.427.507
Contas a pagar a fornecedores	16.401	11.954
Outras contas a pagar	2.761	1.559
Partes relacionadas - mútuo a pagar	141.292	129.982
Obrigações com o poder concedente	342	330

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa 19% (2019 - 19%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2020	31/12/2019
Mútuos a pagar a partes relacionadas	141.292	129.982
Debêntures	1.624.541	1.427.507
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(50.636)	(4.846)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(61.725)	(63.528)
Dívida líquida	1.653.472	1.489.115
Total do patrimônio líquido	(340.522)	(182.270)
Total da capital	1.312.950	1.306.845
Índice de alavancagem financeira - %	125,94%	113,95%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	50.636	50.636	4.846	4.846
Aplicações financeiras	61.725	61.725	63.528	63.528
Contas a receber de clientes	21.126	21.126	20.910	20.910
Depósitos judiciais	38.709	38.709	37.949	37.949
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.667.076		1.478.311	
Fornecedores	16.401	16.401	11.954	11.954
Outras contas a pagar	2.761	2.761	1.559	1.559
Partes relacionadas – mútuo a pagar	141.292	141.292	129.982	129.982
Obrigações com o poder concedente	342	342	330	330

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	48.408
	Riscos de engenharia	83.037
	Responsabilidade civil geral	69.417
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	15.000

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	7.308	14.485

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Eventos subsequentes

Recuperação Judicial

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

* * *

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. -

em recuperação judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Situação financeira - recuperação judicial

Conforme descrito na Nota 14(d) às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), restou declarado o vencimento antecipado das debêntures, que em 31 de dezembro de 2020 montam a R\$ 1.624.541 mil (2019 - R\$ 1.427.507 mil). Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, dado ao vencimento antecipado dessas debêntures, em 11 de novembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto - SP. Em 18 de março de 2020 protocolou sua primeira versão do plano de recuperação judicial, que em 16 de novembro de 2020 foi atualizado por uma nova versão.

Atualmente, a administração da Companhia aguarda a aprovação do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Adicionalmente, diante da situação financeira, a Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes, conforme descrito na Nota 23 às demonstrações financeiras. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão.

Redução ao valor recuperável de ativos

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10 às demonstrações financeiras, identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível cujo os saldos em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 7.478 mil e R\$ 1.312.546 mil (2019 - R\$ 8.516 mil e R\$ 1.301.569 mil), respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto à definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no presente momento. Consequentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das demonstrações financeiras, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações financeiras são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação de um plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos conforme demonstrado na Nota 8 às demonstrações financeiras, no montante R\$ 323.296 mil em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$ 242.107 mil), deveria ter sido baixado. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido, que está descoberto, a menor no montante de R\$ 323.296 mil. O prejuízo do período encontra-se a menor em R\$ 81.189 mil (2019 - R\$ 76.821 mil).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Campinas, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Salto, 31 de março de 2021.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Salto, 31 de março de 2021.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro